

Abril 2005

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Dw

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Agosto de 2003 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais:

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Mercado Informal e Microfinanças](#)
3. [Governança e Descentralização](#)
4. [Eleições e Educação Cívica](#)
5. [Educação, Juventude e Criança](#)
6. [Terra, Habitação e Urbanização](#)
7. [Serviços Básicos](#)
8. [Paz e Reconciliação](#)

As fontes monitoradas são:

- **Jornais:** Jornal de Angola, Agora, Semanário Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.

- **Websites:** Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.

O Corpo das notícias não é alterado.

Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

Genérico

Redação Waldney Oliveira

Conselho de Edição e Revisão:

Allan Cain, Fabrice Beutler,
Beat Weber, Pacheco Ilinga,
Katuzolo Paulina, Gelson Gaspar,
Azancoth, Massomba Dominique

Editado por:

Development Workshop-Angola

Endereço:

Rua Rei Katyavala 113,
C.P. 3360, Luanda - Angola

Telefone:

+(244 2) 448371 / 77 / 66

Email:

cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de:

LUPP (Programa de Redução
a Pobreza Urbana de Luanda),
DFID e Embaixada da Noruega

INDICE

1 Redução da Pobreza e Economia	1
1.1 Grossistas podem ser transformados em retalhistas.....	1
1.2 O garimpo da sobrevivência	1
1.3 Angola vai ganhar um salário mínimo nacional	2
1.4 Preços subiram 1,96% em Março	3
1.5 Carência de mercados provoca luta	3
2 EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E CRIANÇA	4
2.1 Província do Zaire tem nova escola.....	4
2.2 Mais de 18 mil Angolanos estão desaparecidos	5
3 TERRA E HABITAÇÃO	5
3.1 Título de terra custa USD 650 no Kwanza, Sul.....	5
3.2 A vida de um povo vítima do ostracismo governamental	5
3.3 Ondjwo yetu pretende construir residências no soyo.....	7
3.4 Falta de plano urbanístico provoca construção desordenada no kwanza sul.....	7
3.5 Urbanismo e ambiente promete melhorar condições dos bairros periféricos.....	8
4 SERVIÇOS BASICOS	9
4.1 Que saúde temos?	9
4.2 Água rara, luz apagada.....	9
4.3 Métodos arcaicos em plena era digital.....	10
4.4 Quando a recolha é sinónimo de cavar	10
5 PAZ E CIDADANIA	11
5.1 Refugiado Angolano centenário retorna ao país.....	11
5.2 Desmobilização imperfeita de ex-militares gera mercenarismo	12
5.3 A paz é um processo contínuo	13
5.4 Sector de identificação chega a catete.....	14

1 REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

1.1 Grossistas podem ser transformados em retalhistas

Jornal de Angola... 19-04-05

Os agentes comerciais grossistas da zona do São Paulo que não cumprirem com as regras elementares da actividade comercial verão transformada a sua actividade em comércio a retalho, segundo o director nacional do Comércio interno, Gomes Cardoso.

As regras do comércio a grosso passam pela proibição de os comerciantes venderem produtos dos seus armazéns directamente às pessoas singulares ou colectivas, que não estejam licenciadas para o exercício da actividade comercial, assim como a impossibilidade de alimentar o comércio informal defronte aos respectivos estabelecimentos comerciais. “Isso permitiria que o comércio grossista fosse transferido para as zonas periféricas da cidade de Luanda, onde o comerciante poderia exercer a sua actividade sem constrangimentos”. O director nacional do Comércio Interno, Gomes Cardoso, descurava assim, ontem, a pretensão de se encerrar o comércio grossista (armazéns) na cidade de Luanda, tão pouco na zona de São Paulo, como foi veiculado nos últimos dias. Para Gomes Cardoso, o que está em vista é obrigar os grossistas a cumprirem rigorosamente as regras elementares para a prática desta actividade.

Com essas medidas, pretende-se salvaguardar, naquele espaço, as condições higio-sanitárias e de acesso ao interior e exterior do estabelecimento até a 50 metros, no quadro do esforço que é levado a cabo pelo Governo da província de Luanda, sobre o saneamento básico, a criação de condições de salubridade e, fundamentalmente, a salvaguarda da saúde pública e a do consumidor(...). Por outro lado, recordou que, no ano 2000, o Governo angolano aprovou o pacote legislativo que hoje serve de suporte para a actividade comercial no país.

Esta legislação passa primeiro pela existência do alvará comercial, cujo documento habilita pessoas singulares ou colectivas o exercício da actividade comercial em todo o território nacional. Para a obtenção deste documento, o candidato deve possuir infra-estruturas de carácter definitivas. Para a segunda categoria, criou-se a figura do comércio precário, que essencialmente é atribuído a nacionais. Visando a prossecução deste

objectivo, os seus mentores exigem que o cidadão tenha infra-estruturas de construção provisória, particularmente nas zonas suburbanas e rurais. Exigem ainda que o cidadão apresente cartão de sanidade, duas fotografias tipo passe e a fotocópia do bilhete de identidade.

A terceira categoria é constituída por aqueles cidadãos que não possuem nem infra-estruturas de construção definitiva, nem de construção provisória, mas que queiram exercer a actividade comercial. Aqui, destaca-se o feirante, que pratica a sua actividade nas feiras organizadas pelos governos provinciais. Há ainda os vendedores ambulantes. Por último, existem os agentes que ostentam cartões de vendedores de mercado, quer mercado municipal urbano, quer mercado municipal suburbano, quer ainda nos mercados rurais. Ou seja, mesmo não possuindo infra-estruturas próprias, o cidadão pode realizar as suas actividade nas bancas de mercados.

Gomes Cardoso reiterou que existem 11 actividades comerciais consagradas na lei, dentre as quais o comércio misto, geral, precário, exportação, importação, ambulante, feirante, prestação de serviço mercantil e a grosso.

1.2 O garimpo da sobrevivência

Semanário Angolense... 23-04-05

Adebil e pouco estruturada economia do território e actualmente concentrada no sector de diamantes, em especial no garimpo artesanal, que ocupa directamente ou sustenta indirectamente a população do território. O garimpo artesanal foi proibido, mas essa proibição não é aplicada na pratica, de uma forma consistente, pelas autoridades.

Fora das zonas concessionadas, apesar das tentativas de repressão recentemente enquadradas na operação «Brilhante», cujo objectivo consistia na eliminação dessa actividade, as Lundas são essencialmente um estaleiro de mineração, através da lavra a céu aberto de diamantes. Esta actividade é clandestina, uma vez que, quer a Constituição, quer a lei ordinaria consagram a propriedade estatal dos recursos mineiros, incluindo os diamantes, e sujeição da sua exploração ao licenciamento e controlo de entidades publicas, entre as quais avultam o Ministerio da Geologia e Minas e a empresa publica ENDIAMA.

Essa ilegalidade e precariedade reduz a condição dos trabalhadores a um estado de total desprotecção, proximo do trabalho forçado. Na pratica como os investigadores puderam testemunhar durante a sua

permanência no território - sob o controlo, ou «protecção» de oficiais superiores ou generais das Forças Armadas, os trabalhadores labutam ininterruptamente de dia e de noite nos povos artesanais, vigiados por militares ou agentes policiais armadas e uniformizados as ordens dos «protectores». Esta actividade é financiada por pequenos empresarios, normalmente estrangeiros, que cedem as dragas e pagam os viveres dos trabalhadores, a troco de um quinhão do valor dos diamantes extraídos.

A existência de garimpo selvagem disseminado pelo território, sem qualquer demarcação nem supervisão oficial; a permanência no local da lavra de muitos homens armadas (alem dos guardas que vigiam os garimpeiros, militares e policiaes, cujo vencimento não é pago com regularidade, cavam muitas vezes ao lado dos demais trabalhadores como ultimo recurso para garantir a sua sobrevivencia); e a propria ilegalidade em que se encontram (a extracção e posse não autorizada de diamantes constitui um crime punido pela lei angolana com elevadas penas de prisão) sujeitam os trabalhadores a riscos constantes e proporcionam um ambiente de violência selvatica por toda a região, que é verdadeiramente um território sem lei.

A escravidão dos trabalhadores de uma área pelos guardas das áreas vizinhas, forçados a trabalhar na escavação da respectiva lavra, homicídios e espancamentos parecem ser praticas rotineiras. Numa zona desprovida de oportunidades de lazer e de espectaculos, um dos divertimentos dos agentes da policia foi o de forçar um grupo de garimpeiros a sodomizarem-se como veremos adiante...

A clandestinidade e ausência de controlo da actividade económica na região, alem de privar Estado das receitas da industria diamantífera, ao mesmo tempo que impede a quantificação da actividade extractiva, facilita e fomenta outros tipos de actividades criminosas típicas de uma economia subterrânea. Por exemplo, numa localidade como Cafunfo, tanto compradores ilegais como os próprios agentes autorizados das entidades oficialmente licenciadas para a aquisição de diamantes (ASCORP e SODIAM/ LKI) realizam exclusivamente pagamentos em dinheiro.

O potencial de branqueamento de capitais numa circulação monetária avaliada em mais de um bilhão de USD de numerario por ano constitui uma evidencia. No entanto, não existe uma única agencia bancaria em Cafunfo, nem no município do Cuango.

1.3 Angola vai ganhar um salário mínimo nacional

Capital... 23-04-05

O salário mínimo nacional pode, muito brevemente, conhecer uma correção que elevava o seu valor a um tecto ligeiramente superior a cifra que oficialmente serve de ordenado base para a função publica no país. Não se tratara de uma alteração significativa, podendo situar-se entre o equivalente a 60 e 70 dolares norte americanos. A informação é do sindicalista Manuel Viage, secretário-geral da UNTA-CS, a maior central sindical angolana.

«Dentro dos proximos 30 a 40 dias o salário mínimo vai ser corrigido», anunciou o responsavel, em declaração a este jornal, adiantou que o valor do salário a fixar, na sequênciada aludida correção, «andara acima dos 60, mas não superior a 70 dolares». Actualmente, o salário mínimo nacional praticado no país para a função publica e de 50 dolares, valor que resultou de um aturado estudo conduzido por técnicos ligados ao Conselho Nacional de Concertação Social. Porem, a UNTA, desde a provação, ha cerca de dois anos, nunca olhou os 50 dolares como um salário compatível tão pouco justa para um trabalhador que, ao longo de um mes, tem de encarar um conjunto de despesas fundamentais para a subsistencia da família. Para a organização, 300 dolares sera, pelo menos, a remuneração com a qual o trabalhador conseguiria, durante trinta dias, alimentar um agregado familiar de seis membros. «Qualquer salário que nesta altura seja inferior a 300 dolares não é uma remuneração justa tão pouco compatível», considerou o sindicalista, que se serve de tal argumento para justificar as razões por que a organização se bate contra os actuais 50 dolares.

A UNTA, na pessoa de Manuel Viage, tem consciênciade que conseguir um salário mínima equiparado a 300 dólares não será uma empreitada fácil, quando reconhece que a economia não é suficientemente que capaz de suportar tamanho encargo.

Todavia, o que a organização defende é, no mínimo, ajustar o actual salário mínimo nacional em 135 que e, neste momento, o valor que cobre o conjunto dos produtos da cesta basica alimentar que serviu de suporte para a fixação dos 50 dolares.

E assim que pressionar o Governo a fixar o salário mínimo nacional passou também ser a preocupação da UNTA nas discussões ao nível do grupo tecnico que acompanha a evolução do salario. Dessas discussões a organização obteve a garantia de, numa primeira etapa, o salário mínimo evoluir para um valor que poderá se situar entre a fasquia de 60 a 70 dolares. o

Governo, através do Ministério das Finanças, não confirmou nem desmentiu a informação a nos avançada. Uma fonte nesse ministério disse a questão da fixação de um salário mínimo nacional superior a 50 dolares é uma matéria que o Governo trata com alguma prudencia, para evitar que qualquer passo mal reflectido nessa direcção gere consequências piores. A fonte alude a situações como eventuais despedimentos, que podem decorrer da incapacidade das entidades empregadoras suportarem cargas salariais excessiva.

Quanto a isso, a UNTA não tem duvidas, par isso mesmo esta de acordo que a atribuição de uma melhor remuneração ocorra, na medida em que a economia for registando crescimentos, num processo em que a organização não abdica da defesa dos 300 dolares como salário mínimo naciona. Na verdade, a aplicação de um salário mínimo 13 uma questão seria numa dada economia, uma vez que, apos a sua homologação, passa a ser algo de cumprimento obrigatorio.

E isso que preocupa individualidades como o economista Alves da Rocha que olha para as empresas privadas sem capacidades para pagar 300 ou 400 dolares. Para ale, o Maximo que poderá acontecer , numa primeira fase, situar o salário mínimo entre 100 a 150 dolares.

1.4 Preços subiram 1,96% em Março

Folha 8... 30-04-05

O índice de preços no consumidor em Luanda aumentou 1,96% por cento no mês de Março, fixando em 6,05 por cento a inflação acumulada desde o início do ano, revelou o Instituto Nacional de Estatística (INE).

A classe lazer, recreação e cultura foi a que registou o maior crescimento no mês de Março, com 4,21 por cento, seguindo-se as rubricas de transportes (3,81), vestuário e calçado (3,14) e alimentação e bebidas não alcoólicas (2,19). A variação homologa da inflação fixou-se em 28,2 por cento, o que representa uma descida de 0,26 por cento em relação ao valor registado em Fevereiro. O índice de preços no consumidor elaborado pelo INE resulta de um cabaz constituído por 24 produtos, sendo mensalmente analisados cerca de 14.700 preços em vários mercados e lojas comerciais da capital.

A taxa de inflação foi de 31,02 por cento em 2004, naquele que foi o valor mais baixo registado nos ultimos anos, especialmente desde 2001, ano em que se, fixou em 116 por cento, descendo para 105 por cento

em 2002. Em 2003, a taxa de inflação fixou-se pela primeira vez nos dois dígitos, atingindo 76,5 por cento. Para 2005, o governo prevê uma inflação de 15 por cento, como consta do orçamento Geral do Estado aprovado pela Assembléia Nacional.

1.5 Carência de mercados provoca luta

Folha 8... 30-04-05

Acabar com os vendedores ambulantes, assim como com os mercados informais é um desafio lançado ha muito pelo Governo Provincial de Luanda que tem como pontos de referencia os mercados paralelos localizados nas paragens dos táxis nos bairros do São Paulo e dos Congolese, nos efes.

Porem, aumenta tanto o numero de zungueiras como de mercados informais, nas principais vias da capital ao invés de diminuir. Nem mesmo os dois mercados, que estão permanentemente sobre o seu olhar critico, o Governo consegue acabar para desalento e descontentamento dos cidadãos. “Não podemos continuar a viver nesse ambiente que é uma ameaça a nossa saúde. Estas senhoras deixam isto tudo cheio de lixo e, se o governo não consegue acabar com isso nos vamos fazer”, adiantou Maria Luisa que se encontrava no grupo de moradores que no Sabado (23.04) enfrentou os vendedores. Na manhã daquele dia os moradores deixaram as suas casas dispostos a cumprirem dois objetivos: limpem a zona no âmbito da campanha de limpeza do GPL e acabarem definitivamente com o mercado, ou melhor correrem primeiros com os vendedores e depois limpem a zona. No primeiro objectivo os moradores gastaram toda a “garra” que prepararam para aquele dia que adivinham ser difícil. Os vendedores não limitaram-se a dizer “amem” ao aviso de abandonarem a zona e, como os moradores já previam a falha do primeiro plano, a conversa, prepararam um segundo, a violencia.

Perante o primeiro, as vendecoras, como sempre acontece, limitavam-se a pegar nas suas “imbambas” deixar um determinado lugar para estacionar num outro, não muito distante do primeiro, fazendo lembrar brincadeiras como “sta quieto” e ou o conhecido “Tom and Jerry”. Entretanto, os moradores não estavam para brincadeiras e lançaram então o segundo plano. Agarraram em paus e outros instrumentos e foram para cima dos vendedores, recebendo, sempre que fosse possível, o produtos de algumas pessoas.

Justificaram tal atitude sublinhando que “estas senhoras são teimosas” para depois recordar que ha duas semanas já haviam conversado com eles vendedores no

sentido de livrarem o passeio por causarem transtornos não só aos moradores da área como as pessoas que por ali passam.

Na altura os vendedores obedeceram, deixaram de vender no passeio e passaram a fazer apenas ao longo da estrada, quer dizer, fora do cerco de arame que os moradores fizeram. No entanto passados alguns dias começaram a invadir o cerco, “por isso é que agimos assim”, justificam. Entretanto, como já sublinhamos os vendedores não cruzaram os braços. Perante a ofensiva dos moradores, também saíram em autodefesa, com pedras, garrafas e paus. E assim, por algumas horas o passeio dos blocos dos efes transformou-se num campo de batalha. Lá era possível ver garrafas, latas e pedras a sobrevoarem de um lado para o outro perigando não só os intervenientes na peleja, mas também todas aquelas pessoas que naquela altura passam na referida área.

Era também possível ouvir varias palavras obscenas e determinados gritos de vaías e apupos, sobretudo do lado dos vendedores. Mas não é a primeira vez que as vendedoras dos efes assobiam, gritam e insultam as pessoas que tentam escurraça-las daquele local.

Os agentes da policia, assim como funcionários da administração municipal ja foram vitimas das mesmas vaías, porquanto vezes sem contas ja tentaram terminar com tal mercado, os vendedores apontam a falta de mercados na capital como estando na base da reação violenta deles, “nos não podemos sair daqui porque não temos outro sitio para vender, a Governo primeiro deve arranjar um mercado depois podem nos tirar daqui mas sem violência porque senão tambem vamos reagir”, adianta João Tiago, vendedor de material escolar, para quem eles não são os culpados do lixo na área, vista que “pagamos todos os dias uns jovens para fazerem limpeza”, Por outro lado, a existência daquele mercado também tem provocado desentendimento entre os moradores dos prédios, porquanto enquanto uns pretendem, para ja, acabar com as vendas ali, outros rezam para os vendedores continuarem la, e tudo porque são uma fonte de rendimento de algumas formas, pois cobram Cem Kwanzas a cada vendedor para guardarem os seus produtos. Por sua vez o portavoz do Governo Provincial de Luanda, Ladislau Silva, adiantou que a capital tem já mercados suficientes para absorver todos os vendadares ambulantes e dos mercados informais, citando como exemplos os mercados do Rangel, do Golfe e do Bairro Popular.

Continuando, considerou que as pessoas estão a vender na fila porque querem e que a policia esteja orientada no sentido de combater todos mercados informais, assim como os vendedores ambulantes nas principais

ruas da capital. Ja o Administrador do Rangel joaquim de Oliveira prometeu que o combate ao referido mercado será feito nos proximos dias mas começam por se transferir a paragens dos táxis que esta na mesma área para um outro sitio por considerar que são “os táxis que provocam esta situação”. Entretanto, é necessário recordar que estas pessoas que insistem em vender na rua apenas procuram ganhar de forma honesta o pão de cada dia das suas famílias e que as promessas do Governo foram no sentido de serem construídos doze mercados e não a reabilitação de três como sublinhou Ladislau Silva, acrescentando que “ja não será construído mais algum”. É preciso trabalhar-se no sentido de se evitar um acidente igual ao que aconteceu na estalagem no dia 8 de Março de 2004 onde algumas pessoas perderam a vida quando cerca de 6 mil pessoas manifestaram-se contra o encerramento daquele mercado que aconteceu em Fevereiro.

2 EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E CRIANÇA

2.1 Província do Zaire tem nova escola

Jornal de Angola... 05-04-05

Uma escola do ensino primário foi inaugurada recentemente na povoação do Luanika, comuna do Nkiende, município de Mbanza Congo, pelo vice-governador do Zaire para a Organização e Serviços Comunitários, Monteiro Garcia.

Com capacidade para 216 alunos em dois períodos, a escola comporta três salas de aula, um gabinete do director, uma sala de professores, uma de reuniões e uma área administrativa. Orçadas em 70 mil dólares, as obras deste empreendimento escolar, financiadas pela ONG Save The Children da Noruega, com a comparticipação da comunidade, duraram 16 meses. Ao dirigir-se aos presentes na cerimónia inaugural, o administrador municipal de Mbanza Congo, Manuel Cristóvão, reconheceu o esforço do governo da província e dos seus parceiros no melhoramento e aumento da oferta de serviços sociais básicos às populações. Disse que com a inauguração da escola atenua-se o sofrimento das crianças em idade escolar que outrora percorriam diariamente cerca de sete quilómetros a pé, até à sede comunal, para assistirem às aulas.

Por sua vez, a coordenadora da Save The Children da

Noruega no Zaire, Rosa Batalha, anunciou a construção, ainda este ano pela sua ONG, de sete escolas do ensino primário nos municípios de Mbanza Congo e Kuimba, com vista a observar um número considerável de crianças fora do sistema normal de ensino nessas localidades.

2.2 Mais de 18 mil Angolanos estão desaparecidos

Jornal de Angola... 19-05-05

DEZOITO mil e 393 pessoas são dadas como desaparecidas, das quais 323 são menores a procura dos seus familiares e mil 288 são crianças procuradas pelos seus familiares, segundo a 4ª edição da Gazeta da Cruz Vermelha publicada recentemente.

A Gazeta é um livro com listagem de pessoas que desapareceram durante o tempo do conflito e que estão agora a ser procuradas pelos seus parentes. É uma promoção do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) com a colaboração da Cruz Vermelha de Angola (CVA). Segundo o comunicado de imprensa, o livro será distribuído em todo o território nacional bem como nos países onde existirem comunidades de Angolanos. O comunicado refere ainda que a localização de um cidadão que desapareceu durante o conflito continua a ser um processo extremamente longo. Pais, ainda se deparam com grandes dificuldades, relativamente a pesquisa, devido às condições das estradas, pontes partidas e às ameaças de minas.

Porem, o acesso não é o único obstáculo a ultrapassar. De acordo com documento, o outro problema reside nas pessoas que fonecem as informações de cidadãos desaparecidos. Muitas das vezes, esta (pessoa) muda de endereço o que obriga estes organismos a efectuar uma segunda pesquisa. Além disso, a CICV e a CVA enfrentam ainda dificuldade de encontrar pessoas que estejam dispostas a fornecer informações sobre as cidadãos que morreram durante o conflito.

Os dois organismos (CICV/CVA) esperam poder reunificar todos os menores não acompanhados com os seus pais, assim como fornecer informações sobre familiares desaparecidos, onde quer que estejam em Angola.

3 TERRA E HABITAÇÃO

3.1 Título de terra custa USD 650 no Kwanza, Sul

Jornal de Angola... 05-04-05

Um título individual de concessão de uma parcela de terra destinada à construção de uma habitação no Sumbe, província do Kwanza-Sul está avaliado em 650 dólares americanos, revela uma pesquisa promovida pelo consórcio das Organizações Não Governamentais nacionais e estrangeiras “Rede Terra”.

De acordo com um documento que a Angop teve acesso, o estudo e pesquisa envolveram cerca de 204 entrevistados na capital da província do Kwanza-Sul e apurou que estes custos subdividem-se em 350 dólares americanos para um croquis de localização, 100 dólares para despesas administrativas e até 200 dólares para a obtenção do título.

3.2 A vida de um povo vítima do ostracismo governamental

A Capital... 16-04-05

A morte lenta e agonizante dos moradores que tinham as suas casas erguidas de forma aleatória no Morro dos Bois.

Um velho bairro existente entre as inúmeras montanhas que perfazem a afamada zona da Boavista, alguns no município das Ingombotas, deixa muito a desejar. Não é preciso dar muitas voltas à cabeça para compreender que, quando chove, a zona fica intransitável, as casas desabam, registando inclusive mortes por soterramento. «É quase sempre assim. Quando não mata, o sobrevivente tem que dormir ao relento», disse o morador João Ferreira, 46 anos, enquanto apontava com o dedo indicador para os escombros de uma casa de lata soterrada a semana passada. Embora os populares apontem para um número mais elevado, o ancião Ferreira revelou que o desabamento das residências já deixou desalojadas mais de 30 famílias, felizmente sem vítimas mortais. O perigo está, sobretudo, nas crianças que, ignorando o risco a que suas vidas estão sujeitas resultantes da falta de um quintal seguro, são obrigadas a brincar a escassos metros de grandes ravinas. Cadete Augusto, por exemplo, tem motivos mais que suficientes para «encarcerar» os seus filhos no interior da casa enquanto se ausenta. Distante desta hipótese acredita que terá os filhos «novamente no gesso».

Embora seja com maior incidência no seio das crianças desprotegidas, nem mesmo os mais velhos são poupados pelos buracos que mais se parecem com um queijo Suíço. A medida que se sobe às montanhas, onde

se nota uma excessiva quantidade de lixo e várias poças de águas residuais, é cada vez maior o cheiro nauseabundo. «Isto cheira pior que uma vala comum», queixou-se o morador Adérito Kituxi, 18 anos, enquanto transportava um bidão com 25 litros de água. A ausência de um fontanário para abastecer aquela população carente é, de acordo com o morador, uma das principais razões que o leva a afirmar que «o Governo não faz nada para resolver o problema do povo. E ainda por cima rouba», desabafou num gesto que revelou total agastamento com a situação. Esta população votada ao ostracismo é obrigada a percorrer longas distâncias no mercado informal do Roque Santeiro, em busca de água potável. «Ou então temos que consumir a água da cacimba», ironizou. Por sobreviverem com menos de um dólar por dia, os moradores queixam-se dos preços à que estão sujeitos na aquisição do líquido precioso pois, «os senhores que têm tanques vendem cada bidão 100 kwanzas».

UM PROBLEMA ATRÁS DE MIL

Num bairro onde nunca existiu uma rede de distribuição do líquido precioso, os moradores ainda vêem-se privados de um posto de saúde estatal para aliviar a dor de um número crescente de enfermos.

Como alternativa, há moradores oportunistas que prestam serviços de saúde nos seus casebres, cobrando preços avultados aos pacientes. «vivemos muito mal. As pessoas morrem por falta de 200 kwanzas para receber os primeiros socorros», começou por contar o morador Bastos. De acordo com o enfermeiro José João, 45 anos, a malária, mal nutrição, o paludismo e outras doenças diarreicas são as que mais predominam na zona. O aumento quantitativo de montanhas de lixo, e a conseqüente nuvem de mosquitos já de si habitual pelos mesmos, faz os moradores da área pensarem que os próximos dias serão difíceis. «Muita gente vai adoecer, chegando mesmo a morrer».

Por acharem-se abandonados «num barco sem rumo», não raros pacientes que acorreram àquele posto de socorro, desconheciam a existência de uma febre hemorrágica que já fez mais de 200 vítimas na província do Uíge. Assim como inúmeros centros hospitalares, os centros médicos do «Morro dos Bois», também enfrenta problemas de vária natureza. «Não temos balões de soro, luvas, batas, nem mesmo seringa e agulhas», contou o proprietário que, embora reconheça o esforço de parceiros local, diz estar a perder as forças. É que, segundo fomos informados, embora haja um número significativo de pacientes por patologias, aumentam os casos de vítimas de espancamentos por

parte dos marginais. Os amigos do alheio violam, matam e roubam tudo quanto for preciso. Os moradores já não sabem se choram ou se fazem justiça por mãos próprias, ante a comprometedor ausência de agentes policiais. A falta de iluminação no bairro constitui uma das causas para o fomento da criminalidade. Como em filmes de cowboy, é ver grupos de marginais compostos por três ou mais jovens de idades compreendidas entre os 14 aos 28, a fumarem liamba entre as montanhas transformadas em refúgio dos ladrões que atormentam a vida de vendedores e pacatos cidadãos que frequentam o mercado do Roque Santeiro.

Para diminuir o grau de analfabetismo, os párocos duma ceita religiosa local ergueram três centros de alfabetização que anualmente acolhe, cada um, cerca de mil e 200 alunos, segundo informou o coordenador da zona um do Roque, Rosário Pedro. Por causa de poucas vagas, muitas crianças ainda estão de fora. «Me deixa só entrar», estas palavras proferidas por Jacinto, 10 anos, expressam bem à vontade do petiz que foi barrado por um rapaz à porta do centro de alfabetização, por este não ser colega e estar mal trajado. Garantir a todas as crianças e adolescentes pelo menos o ensino fundamental constitui um dos objetivos cruciais do grosso de professores voluntários, que manifesta constantemente interesse em ver os seus alunos a progredir, embora as dificuldades de alimentação tendem a mostrar o contrário uma vez que não alimentadas, várias crianças chegam por desmaiar durante as aulas. Por este motivo, os fiéis da igreja Católica envidaram esforços no sentido de oferecer lanche aos petizes carente, assim como oferta de roupas e, em função do verdadeiro amor ao próximo, pacificar os numerosos conflitos internos que afligem as famílias e se «repercutem negativamente no aproveitamento das crianças».

PROMESSA OCA

Embora tenha existido uma pequena manada no bairro, o Morro dos Bois foi «invadido» por deslocados oriundos das províncias mais afectadas pelo conflito armado que assolou o país. «Hoje, vivo pior que ratos», titubeou Maria Manuela, 58 anos, enquanto limpava as lágrimas que teimavam em serpentear o seu rosto. Porém, Maria Manuela teima em acreditar que se estivesse a residir no Bié, sua terra natal, «não estaria nesta pobreza».

Maria habita num compartimento de cinco metros quadrados, de chapa de zinco enferrujada, dentro do qual vê-se três esteiras sobre o chão esburacado. Infelizmente, «está é a riqueza que tenho para os meus oito filhos». Devido a deficiência física resultante do

trabalho militar, o seu marido trabalha, actualmente, como camponês. Devido às dificuldades que encontra no mercado informal, o dinheiro que auferia «não chega para fazer nada». Triste ou não, a história de Maria não difere muito de Filomena Dundo, 45 anos. O drama começou logo que perdeu sua residência em consequência do desabamento do Morro sobre o qual se encontrava a residir. Ante a presença dos agentes do MINARS no local do acidente, Filomena acreditou cegamente que seu problema estava resolvido, pois recebeu a promessa de uma casa nova.

Por não ter sido a única vítima de promessas, os moradores do Morro do Boi imploram a intervenção urgente do Governo no sentido de «salvar a vida dos nossos filhos que morrem dia após dia», aumentando consequentemente a já de si alta taxa de mortalidade infantil.

3.3 Ondjwo yetu pretende construir residências no soyo

Jornal de Angola...21-04-05

O Projecto Habitacional “Ondjwo Yetu” foi recentemente apresentado às autoridades governamentais do município petrolífero do Soyo, província de Mbanza Congo, onde serão construídas mais de duas mil residências.

Na localidade, a Uniprev, Associação Angolana de Benefícios e Previdência, vai construir, em 201 hectares, um novo bairro urbanizado. No referido bairro, localizado no município de Quitambe, 10 quilómetros a Sul da cidade do Soyo, será erguido também um edifício de quatro andares. Presenciaram a apresentação do projecto, feita na ocasião pelo presidente executivo da Uniprev, José Arsénio Manuel, o governador provincial, Pedro Sebastião, membros do governo local e empresários. A semelhança do que aconteceu no Soyo, o presidente executivo da Uniprev apresentou igualmente, em finais do mês de Março, o Projecto Habitacional “Ondjwo Yetu” ao governo provincial de Cabinda, onde a Uniprev vai construir, na localidade do Caio, oito quilómetros a Norte da cidade de Cabinda, mais de 4 mil residências e prédios de quatro andares, num terreno de 265 hectares.

Enquanto isso, na província da Hui1a, ainda no âmbito do Projecto Habitacional “Ondjwo Yetu”, a Uniprev irá construir, num terreno de 476 hectares, mais de 5 mil residências, incluindo prédios semelhantes aos do Soyo. Em relação aos terrenos, ainda de acordo com o presidente executivo da Uniprev, “está tudo equacionado faltando apenas a distribuição do título de direito de superfície para se dar início às obras. Em

Luanda, refira-se, as residências serão erguidas na localidade da Camama (ao lado do Campus Universitário Agostinho Neto) e Viana. Na Camama, de acordo ainda com o presidente executivo da Uniprev, vão ser construídas, numa primeira fase, 1.400 vivendas e 3500 apartamentos, em prédios de 3- 4 andares.

Quanto ao município de Viana, onde será erguido o maior projecto de urbanização, num terreno de mil hectares, a Uniprev prevê construir mais de 12 mil residências unifamiliares, incluindo edifícios de 3-4 andares, com hotéis, shoppings, clinicas, centros desportivos, negocio área de lazer.

3.4 Falta de plano urbanístico provoca construção desordenada no kuanza sul

Jornal de Angola... 18-04-05

A falta de um plano de urbanização nas administrações municipais da província do Kwanza-Sul tem originado construções desordenadas e, como consequência, o crescimento de novos bairros sem zonas para serviços e valorização do património edificado.

Essa opinião foi manifestada sexta feira última pela maioria dos munícipes do Sumbe, quando questionados pela Angop sobre o crescimento das construções desordenadas. Segundo o munícipe Felizardo António, para a edificação de uma residência o soba passa uma declaração a um cidadão para que este se dirija à delegação do Instituto Nacional de Ordenamento do Território que, mesmo sem um plano de urbanização, cede uma parcela de terreno, originando as construções desordenadas. Como consequência, acrescentou, não há espaços verdes, vias de acesso para os transportes colectivos e em alguns casos criam-se passagens muito estreitas. A estudante Maria Raquel aponta como exemplo as construções feitas no bairro do Chingo (Sumbe), onde a administração municipal local não teve o cuidado de efectuar um plano urbanístico, ou seja a definição de um sistema urbano de circulação rodoviária, estacionamento, alinhamento de residências, tipos de material a usar e a criação de zonas de lazer.

“Ha necessidade de se criar planos directores municipais para se definir as zonas que estão reservadas para a construção de residências, desenvolvimento industrial, turístico e consequentemente definir os padrões que devem ser preservados para a valorização dos espaços públicos”, referiu Maria Manuela, funcionária pública. Para um melhor ordenamento, o governo da província suspendeu a concessão de

parcelas de terra e, proibiu a construção de residências na zona Sul da sede capital da província do Kwanza-Sul.

Entretanto, a Angop apurou que a aquisição de um título de parcela de terra custa cerca de USD 650 dólares americanos.

3.5 Urbanismo e ambiente promete melhorar condições dos bairros periféricos

Angolense... 02-04-05

O Ministro do Urbanismo e ambiente, Sita Jose prometeu que o seu pelouro ira trabalhar em prol da melhoria das condições ambientais dos bairros periféricos da cidade de Luanda. Essa afirmação foi feita recentemente, em Luanda, a quando da abertura da reunião dos dirigentes daquele ministério com as suas associadas, para fazerem uma reflexão sobre o Fórum Urbano Mundial e a sua relevancia para Angola, ocorrido em Setembro de 2004, em Barcelona, Espanha.

Sita Jose falou também da grande importância deste fórum. “A cumplicidade existente entre a cidade e o campo mostra a cultura do moderno e do tradicional, porque um não existe sem o outro, visto que as cidades ou centros urbanos jogam um papel importante no desenvolvimento econômico e social no meio rural”. Esta mobilidade, notam as autoridades, tem estado a agudizar ainda mais a situação das cidades e das pessoas pois estas deixam de produzir e passam a viver numa grande dependência. Para aquele governante, o alcance da paz, paradoxalmente, causou um forte êxodo populacional do campo para a cidade, que pode ser visível na teia de assentamentos precários nas áreas peri-urbanas, e requer uma atenção especial, visando a superação dos grandes desafios no ambito da estratégia global de combate a pobreza.

Contra este mal sobre o qual o governo angolano gizou ja um plano de combate, os participantes sugeriram que a sociedade, no geral, deve ser mais participativa por formas a melhorarem-se as condições das pessoas e do meio ambiente em que vivemos. Embora este processo em Angola esteja a ser demasiado lento, os participantes ao encontro abordaram igualmente a necessidade da descentraliza:ao, do poder local, uma questão, muito discutida e que acabou por ser entendida como fundamental para melhoria da situa:ao de vida das pessoas, sobretudo aquelas do meio rural. «As necessidades e os problemas tem que ser resolvidos dentro das aldeias e comunas sem esperarmos pelo apoio dos órgãos do Estado», sugeriu um dos in-

tervenientes ligado a uma organização nao-governamental que opera nos arredores de Luanda. Um dos principais objectivos do forum foi a implementação de políticas urbanas inovadoras conforme salienta o arquitecto Antonio Carneiro, e um dos enviados do Ministério a Barcelona. “os principais objectivos do encontro foram inventariar os problemas que afligem directamente pessoas nos meios em que vivem, programas em curso para superar alguns destes problemas”. Nisso, as autoridades do Ministério asseguram estar ja a trabalhar com os governos provinciais para se inverter a situação.

Criar políticas urbanas inovadoras e implementar agenda para o Habitat e objectivos do milenio igualdade de gênero, acesso universal aos serviços de saúde, melhoria das condições nos bairros informais, a necessidade de uma planificação integrada porque só assim vamos melhorar a nossa triste situação, necessidade de descentralização e capacidade do poder local, necessidade de uma democracia participativa, foram os pontos fortes da reunião de Barcelona, sobre o qual os países sub-desenvolvidos participaram com o compromisso de tornarem-na eficaz no combate a pobreza e a falta gritante de urbanismo que se assiste nestes territorios.O coordenador da organização SOS Habitat, Luis Araujo, considera que será impossível existir uma democracia participativa com o tipo de administração que temos.

“A administração que temos é tudo menos participativa e se queremos melhorar essa situação o Ministério deve terminar com as conversas e partir rapidamente para pratica, porque acredito que todos ja estamos cansados de ouvir discurso que, não são aplicados, agora a tendência e titulo e voto portanto estamos no momento de fazer e parar de falar sem cumprir”, alegou a fonte acima referida. Paradoxalmente, depois de terem saído do encontro alguns participantes consideraram que varias foram as perguntas que ficaram por se responder tais como: como colocar o sector privado e outros a darem serviços as pessoas mais carenciadas? Como é que o Estado pode melhorar essa situação? Como caracterizar a situação presente? Quais os desafios e causas dessa situação?

Natalia Isaque, trabalhadora da CARE Internacional mostrou-se, entretanto, muito preocupada com o problema das demolições que se assistem constantemente em Luanda, perpetradas pelas autoridades municipais. “A administração esta a desencorajar as pessoas, porque pagam taxas e vivem em pessimas condições, por isso a pessoa, indicado para resolver os problemas da população deve também sair dos gabinetes para conhecer a situação real dessa,

População. Lamento o grande, desfazamento que existe entre a realidade e a Lei. Inquieta-me a questão da participação comunitária porque os cidadãos, na minha opinião, não conhecem os seus direitos e deveres devido ao medo”.

4 SERVIÇOS BASICOS

4.1 Que saúde temos?

A Capital... 16-04-05

O que aconteceu no Uíge no que a infra-estrutura respeita, é mero exemplo de uma realidade que abrange todo o país e que se pode resumir numa única frase: o Governo investiu muito pouco no sector da saúde

E persiste no erro ao continuar a investir pouco este ano o orçamento Geral do Estado encaminhou uma verba recorde para a Saúde. Forneceu 4,97 por cento do OGE para aplicar no sector, uma percentagem, entretanto, gritantemente inferior aos 12 a 15 por cento exigidos pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Isso de investir pouco tem lá as suas conseqüências: o Hospital Américo Boavida, em Luanda, está à beira de se transformar em autêntico gigante adormecido. Está volta e meia degradado, por receber apenas 10 por cento do que lhe deveria caber em função da sua gigantesca estrutura física. Os governantes queixam-se, volta e meia, da degradação galopante do sistema de saúde nacional. Fê-lo, por exemplo, o Ministro da Saúde, proveniente de um partido da Oposição (UNITA) e o seu vice, saído do MPLA, partido no poder em Angola.

Os números das infra-estruturas hospitalares existentes no país não esconde o drama. A mão devastadora de três décadas de guerra, assim como a consequente fraca atenção ao sector da Saúde delapidaram uma boa parte de um sistema herdado do Governo colonial. E, claro está, criado para atender um número menor de pessoas.

Hoje, contam-se Duas Mil e 274 unidades de saúde espalhadas pelo país. Bom número? nada disso. Não obstante a pequenez, há a registar que, dessas unidades, 830 simplesmente não funcionam. Num país com a dimensão de Angola, apenas 1444 unidades de saúde - entre postos médicos, centros de saúde e hospitais estão a funcionar. Na sua maioria - e o hospital do Uíge é um caso - trabalham em condições precárias. Daí que, em todo o país, o cenário seja o mesmo: os hospitais, centros médicos ou postos de saúde estão quase

sempre abarrotados. Largas centenas de pessoas a aguardarem uma eternidade para terem acesso a assistência médica que ainda por cima é deficiente.

«Estamos, de facto, longe da qualidade na assistência sanitária», segundo afirmou o Ministro da Saúde, em entrevista recente a este jornal, abordando a problemática da degradação das infra-estruturas hospitalares. E os números, mais uma vez, não mentem. Angola tem apenas 8 unidades de Saúde com categoria de hospitais nacionais - a mais alta do sistema de saúde - e todas estão localizadas em Luanda. As outras ostentam a categoria de hospitais provinciais (103, das quais apenas 91 funcionam); centros médicos (277, 249 estão operacionais) e postos de saúde (1.716, apenas 926 funcionam). A julgar por estes números, não é de espantar que Angola apresente as piores taxas de mortalidade do mundo. Também, para a população, não constitui alguma surpresa a avalanche de mortes provocada pelo vírus de Marburg.

«Angola está a ser vítima de si própria, vítima das fraquezas do seu sistema de saúde», comentou um médico angolano.

4.2 Água rara, luz apagada

Agora... 30-05-05

No domínio das águas, os sistemas de abastecimento no meio urbano estão em avançado estado de degradação com perdas das respectivas redes da ordem dos 50%. Com estas estimativas, a população não consegue ter acesso a quantidade e qualidade da água que lhe permita ter um padrão mínimo de bem-estar. Alias, a oferta nominal percapita dos sistemas urbanos é de apenas 51 litros por habitante/dia, muito aquém dos padrões internacionais (100 a 150 litros por habitante/dia). Tal saturação dos sistemas impede grandemente o desenvolvimentista socio-economico e industrial.

As autoridades estimam que no meio rural apenas 39,9% da população tem acesso a água, mas admitem mesmo que a cobertura da população rural estará abaixo destas cifras. “Muitos pontos de água (furos ou cacimbas) se encontram inoperantes”. Devido a limitada capacidade de satisfazer a procura, surgiu a venda informal de água em camiões-cisternas, sobretudo em Luanda, onde o numero de habitantes andara acima dos quatro milhões de habitantes. Nesta mesma esteira, ha consumidores particulares localizados em áreas servidas pela rede, que, atraves de reservatorios, armazenam agua para revenda. E uma autentica confusão. A situação, como se ve, não é das melhores tanto em Luanda como no

resto do país, onde os sistemas de bombagem do precioso líquido ou não são reparados desde o tempo colonial, ou simplesmente desapareceram, dada a acentuada degradação.

As autoridades querem disciplinar essa actividade para permitir que a iniciativa privada neste negocio seja desenvolvida dentro de um principia legal e de organização. O Ministério da Energia e Águas (MINEA), tem aprovado um plano estrategico de duas fases (a primeira vai de 2004 a 2007) cuja materialização devera estender-se a 2016. Neste plano, pensa-se reduzir substancialmente a percentagem da população não servida a luz das deliberações da Cimeira do Milénio das Nações Unidas e da Cimeira sobre o desenvolvimento sustentável. Assim, a reposição das capacidades de produção e distribuição de água das principais cidades do país devera consumir ate 2007 cerca de cem milhões de dolares mas ate 2016, ou seja a longo prazo, 632,5 milhões de dolares. O programa de expansão dos sistemas tanto das cidades a curto prazo poderá gastar 40 milhões de dólares mas a longo prazo, 98 milhões de dólares. Isto significará a extensão da rede para os bairros periurbanos, assegurando a disponibilidade de um ponto de água num raio maximo de 200 metros.

O programa de abastecimento de agua ao meio rural em que intervem alem das autoridades as organizações não governamentais tem gastos avaliados em meio milhão de dólares ate 2007 mas oito anos depois os gastos deverão ascender a 1 milhão e meio. Entre outros itens, a qualidade da agua ou seja, o programa de controlo da qualidade do liquido preciso ate 2016 foi calculado em 830 milhões de dolares. Luz. No que range a energia electrica, a meta e atingir todo o país. O MINEA acha ser necessário acelerar o processo de eletrificação e melhorar a qualidade do serviço e de fornecimento. Pensa-se continuar o processo de reforma iniciado em 1996 depois da aprovação da Lei da Electricidade. Esta Lei da enfase particular a comercialização e viabilização das entidades do sector. Alem disso, ha a necessidade de se prever a implementação de um programa de investimento com a definição clara de prioridades e dar espaço de manobra a participação dos privados através de parcerias “inteligentes”.

A normalização da actividade do sector passa, alem da produção e distribuição, pelo estabelecimento de um regime tarifário que permita uma gradual evolução fazendo com que o pagamento da luz compense os custos de fornecimento.

4.3 Métodos arcaicos em plena era digital

Capital... 23-04-05

Três jovens trajando camisolas verdes com o logotipo «Elisab» juntavam lentamente uma grande quantidade de lixo com pás, que horas atrás moradores da Avenida Brasil haviam depositado no chão. Enquanto isto, uma charrua recolhia-o para de seguida colocar num camião raso.

Ha alguns metros, mais a frente, outro grupo sentado aguarda pelo regresso da viatura para o deposito do lixo. Como não havia trabalho, aproveitavam para por a conversa em dia. Ha muito que este passou a ser o cenário adoptado para a recolha do lixo em algumas artérias da capital. Os tradicionais contentores de lixos transportados pelas basculantes, quase que deixaram de ser usados. E assim que em ruas como a Conego Manuel das Neves ou a Avenida Brasil, ha muito que se tornou normal ver contento revirados pelas enormes viaturas que trazem a recolha de lixo.

Moradores da rua Nicolau Gomes Spencer mostram-se agastados com a situação. Domingos Diogo, como empregada de uma empresa de segurança, tem todos os dias que suportar as moscas e o cheiro nauseabundo que sai do lixo.

«Vou fazer como?! Tenho que suportar. Tenho famílias para sustentar..., lamenta.

4.4 Quando a recolha é sinónimo de cavar

Capital... 23-04-05

Passeio escavado, lixos a céu aberto, cabos elétricos e linhas telefônicas destruídas ou em perigo. Este e um cenário que esta a ser cada vez mais comum nas diferentes artérias da cidade de Luanda. Por isso, populares dizem-se agastados com as empresas que fazem a recolha do lixo e exigem mudanças «o mais breve possível»

Para alguns moradores da rua Nkwame Nhrumah a Maianga ha muito que abrir as janelas deixou de fazer parte do ritual matutino.

«Quando abrimos as janelas, ao invés de ar puro, conseguimos apenas e que as moscas entrem para dentro de casa», disse Felizberta. A realidade e nova, segundo Maria Costa, outra moradora. «Tudo começou quando os homens que fazem a recolha de lixo decidiram colocar os contentores aqui ao lado da nossa casa». A

existência de contentores não é a sua grande preocupação. Problema mesmo está no facto de na referida zona existirem poucos contentores. «Todos os moradores dos arredores vem aqui deitar o lixo», explica. E o resultado não poderia ser outro: o lixo transborda dos poucos contentores e espalha-se pela rua num ritmo de crescimento que quase desafia a torre de babel. Perante essa situação, e dada a exiguidade de contentores, os moradores não tem restado alternativa senão deixa-lo ficar no chão. Os moradores do outro lado da rua manifestam-se apenas preocupados com o lixo que está a céu aberto. Mas para Dona Maria e Felisberta as coisas passam-se de forma diferente.

«Mal podemos abrir as janelas por causa do cheiro que entra em casa mesmo com as portas e janelas fechadas». Acrescentam ser «insuportável», o lixo com que convivem diariamente. Ao que informou, a sua preocupação torna-se maior a medida que surgem os carros de recolha de lixo. «Quando vêem recolher, ao invés de tirar apenas o lixo, levam até a terra!». Um dos maiores receios dos moradores é que a parede ao lado dos contentores desabe. «Penso que já falta pouco. o buraco está cada vez mais fundo, e em direcção ao muro». Por força das escavações, as máquinas da SGO, empresa encarregue da limpeza da área, transformaram o passeio em vala de lixo. Desde então, os alunos das escolas limitrofes (Aida Lara, Mutu ya Kevela, Magisterio Primario, INE Garcia Neto, Punive Predio do Livro) veem-se obrigadas a dividir a estrada com os automobilistas. Mas outros há que entre as viaturas e o lixo optam pela travessia pelo lixo.

Uma ronda por alguns municípios permitiu observar que a recolha de lixo ao invés de minimizar o problema sanitario, vem, em parte, a agravar. Ainda se registam amontoadas de lixo nos contentores, como na área de residência de Dona Maria Encarnação, moradora da zona do mercado dos congolenses.

Por trás do prédio onde reside esta um grande amontoado de lixo que substituiu o passeio, outrora para transeuntes. «Tiraram os contentores e ficamos assim nesta imundice», sentencia. A situação chegou a tal ponto que, hoje, nas traseiras do seu prédio, o lixo e a água parada se tornaram um cenário tao comum que os populares já se cansaram de apelar as autoridades para inverterem o quadro. No município do Rangel, muitas das áreas encontram-se sem contentores daí que, como alternativa, muitos moradores se deslocam ao triangulo dos congolenses, percorrendo algumas centenas de metros, para deitar o lixo. Dona Encarnação até não se encomoda com a deslocação, mas sim com o facto de terem retirado os contentores daquelas imediações. Desde então, os populares passaram a deitar o lixo no chão, o que se tornou algo incomodo para os

moradores daqueles predios.

«Este lugar já foi limpo, recorda que inclusive para as missas do meu marido a comida toda foi feita mesmo aqui» diz, enquanto aponta para uma área completamente coberta de lixo. Joana Afonso ainda esta bem recordada dos dias que ficou sem água, depois de a charrua de recolha do lixo ter perfurado um dos tubos que transporta a água para as moradias da zona. Maria Assunção viu a linha telefonica trocada depois de o serviço de recolha de lixo ter cortado o cabo. Depois de estarem varios dias sem linha, quando finalmente retornaram as ligações foi informada que a sua linha tinha sido trocada. De lá até cá, já se passaram três meses.

SOBREVIVER COM O LIXO

Passavam-se alguns minutos das 10h30 da manhã quando encontramos Augusto João nas imediações do triangulo dos congolenses. Ele acabava de deitar o lixo. Morador do bairro da Terra Vermelha, todos os dias deixa a sua família para procurar trabalho na parte baixa da cidade.

Foi nisto de procurar trabalho que um dia reparou que transportar lixo podia ser uma forma de amealhar alguns trocados, e aumentar o rendimento de casa.

E assim que todos os dias, tendo como instrumento de trabalho um carro de mão, circula pelas varias ruelas do bairro do Rangel para que quem quiser livrar-se do lixo possa recorrer aos seus serviços. Os preços são estabelecidos de acordo com a quantidade de lixo. No final do dia Augusto tem sempre no bolso no mínimo, 500 kwanzas para a compra de refeições e dinheiro garantido para o pagamento da renda de casa.

5 PAZ E CIDADANIA

5.1 Refugiado Angolano centenário retorna ao país

Jornal de Angola... 13-04-05

Silva Kwanda 107 anos de idade é angolano e viveu quatro anos como refugiado na República da Zâmbia, no campo de Nangweshi. Saiu de Angola devido à guerra e foi, provavelmente, o mais velho refugiado no mundo.

No âmbito do Repatriamento Voluntário organizado pelos Governos de Angola e da Zâmbia, apoiado pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), Silva Kwanda regressou ao país

com a esposa e os filhos. Casado com Paulina Chivela, de 86 anos de idade, 12 filhos e 19 netos, Silva Kwanda viveu os seus últimos anos em Angola na localidade da lamba, localidade que albergava o antigo quartel general da UNITA na década de 80 e 90, durante o conflito militar.

Ainda na Zâmbia, país em que esteve desde 2000, o mais velhos relembra cenas amargas da caminhada que fez mata a dentro até à Zâmbia. Passou fome e sede. Mais triste foi testemunhar a morte de três filhos; não tem, igualmente, informações do paradeiro dos restantes, que ficaram dispersos durante a caminhada. Nunca mais viu a Televisão Pública de Angola (TPA), mas sabe da existência de um programa que promove reencontros de famílias dispersadas pela guerra. Por isso, diz que vai solicitar apoio ao Governo para que possa adquirir um televisor para assistir ao programa. Silva Kwanda diz que sempre teve poucas informações do país no campo de refugiados. Conseguia algumas notícias, diz, através de um boletim informativo mensal da Embaixada de Angola na Zâmbia. Na Zâmbia, o velho converteu-se na figura central entre os refugiados devido à sua idade avançada. Tendo manifestado sempre o desejo de retomar ao país, foi visitado por diversas entidades. A última foi Ruud Lubber, antigo representante das Nações Unidas para os refugiados na Zâmbia.

No dia 5 de Novembro de 2004, Silva Kwanda pode, assim, realizar o seu mais ardente desejo. Passar os últimos anos da sua vida em Angola. É que uma aeronave o transportou para o município de Luau, província angolana do Moxico. Com isso, Silva deixava de ser um refugiado. Passava, assim, à condição de ex-refugiado. Do campo em que vivia na Zâmbia, com cerca de 20 mil angolanos, guarda recordações do período que passava a relatar cenas vividas em Angola aos mais novos. Repartia esta actividade com pequenos trabalhos domésticos, ajudando, assim, Paulina Chivela, a esposa, com quem dividiu bons e maus momentos. Alguns dos piores momentos foram vividos na caminhada para a Zâmbia. Teve que transpor rios, montanhas e andar atrás de pegadas de pássaros e outros animais para que pudesse ter algo para comer durante os quatro meses de caminhada nas matas. Ainda nas matas, Silva Kwanda conta que um dos expedientes que usava para encontrar comida era seguir os pássaros para localizar frutos silvestres. “Quando encontrássemos um animal morto fazíamos um jantar especial,” recorda com angústia. “so Deus sabe o que sofremos”. Ainda da Zâmbia, recorda que viu erguer o campo que o acolheu. Primeiro foram construídas cubatas cobertas de capim e depois estruturas mais consistentes feitas com chapas de zinco. O espaço não

tinha escola, posto de Polícia ou um centro médico. As crianças estudavam, por isso, à sombra de árvores. Hoje, o velho acredita que as desgraças de Angola foram causadas irracionalmente pela ignorância dos homens. Aconselha os Angolanos a ajudarem os compatriotas refugiados nos países vizinhos que pretendam regressar à pátria e a trabalharem juntos para a paz e crescimento da nação.

Sobre a paz diz suplicar a Deus que o processo progrida continuamente. Agradece, igualmente, ao Governo e ao povo da Zâmbia por ter acolhido milhares de refugiados angolanos.

5.2 Desmobilização imperfeita de ex-militares gera mercenarismo

Agora... 30-04-05

A guerra que grassou no país durante estes anos todos originou elevado numero de militares a solta, cuja desmobilização e inserção na vida social e imprescindível. A não concretização desse desiderato pode ser perigosa não só para os seus países, mas também para os estados vizinhos.

O perigo da má condução do processo de desmobilização e inserção social de antigos militares tem repercussões internas para os países e, quando menos rigor houver no tratamento do caso, os perigos podem extrapolar fronteiras e perigar a segurança de uma região continental, por exemplo, quanto a nos, a África Austral. A conclusão e da organização humanitária Human Right Wash (HRW) que em relatório recentemente publicado, baseado nos conflitos da Serra Leoa, Liberia e Cote d’Ivoire, refere que as antigas crianças soldados e outros antigos militares, que tinham combatido tanto na Libéria como na Serra Leoa, estão agora a ser recrutados para combater noutros conflitos na África Ocidental. De acordo com os autores do relatório, na base da facilidade do recrutamento de ex-combatentes para missões militares mercenários em países estrangeiros reside a crise económica. “Na nossa análise, o desespero e a pobreza estão na base de tudo isso. A falha dos programas de reintegração, desarmamento e desmobilização dos soldados que muitas vezes ficam sem outra alternativa pelo menos para as suas próprias perspectivas, são outro factor”, concluiu um alto funcionario da HRW. O relatório salienta que para se evitarem situações insustentáveis, os antigos militares devem ser formados ao mesmo tempo que beneficiar de possibilidades económicas para a sua sobrevivência.

Para os devidos efeitos, sustenta o relatório, terão que

ser criadas ao nível do mercado local possibilidades de fazer um trabalho rentável que sustente as suas vidas e a das suas famílias. Nos países a que nos referimos acima, por exemplo, os antigos soldados ficaram em pobreza e sem perspectiva económica por falta dessas condições prévias.

“O problema principal na nossa análise é a pobreza. Obviamente há o problema de muita pobreza ao nível dos governos da Serra Leoa e da Libéria. A pobreza foi uma das causas das guerras que começaram nos dois países. E são problemas que ainda não foram resolvidos, nem pelos próprios governos, nem pelos doadores, pela comunidade internacional ou pelo Banco Mundial”, adiantou. Angola vive o mesmo drama que se arrasta desde há alguns anos e engloba antigos combatentes de todas as forças militares que intervieram nas guerras cíclicas que se abateram sobre o país, tanto anti-colonial como fratricida. Na “bicha”, a espera de uma desmobilização e inserção condignas, estão homens e mulheres do Exército de Libertação Nacional de Angola (ELNA), braço armado da FNLA, das Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA), do MPLA e das Forças Armadas de Libertação de Angola (FALA), da UNITA.

Embora neste caso a ameaça a vizinhança não seja notória, mas também não se descarta, o mesmo não se pode considerar em relação a incidência dos riscos que a ma desmobilização e inserção social de ex-militares tem internamente. Por isso, a HRW recomenda que se de mais atenção e apoio para a promoção de boas políticas económicas, que se resolvam os problemas da corrupção e se promova um tipo de desenvolvimento favorável ao apoio as camadas mais pobres, proporcionando-lhes alternativas de sobrevivência dentro dos próprios países.

“A pobreza, o desespero e a disponibilidade de armas faz com que haja muitos soldados susceptíveis ao recrutamento para lutar fora das suas terras”, salienta a HRW, apelando para que haja muito mais trabalho no sentido de se prevenir que as armas existentes tão facilmente nesses países, deixem de transitar de um país para outro.

“A falha dos programas de inserção depende muito da pobreza em que vários estados ficam depois da guerra”. Será o caso de Angola?

5.3 A paz é um processo contínuo

Jornal de Angola... 16-04-05

O bispo da Igreja Metodista Unida, Gaspar João Domingos, afirmou recentemente, em Luanda, que a paz era um processo contínuo, que devia ser

consolidado todos os dias.

O prelado defendeu, entretanto, a necessidade de se tirar as armas das mãos da população civil, para garantir mais segurança ao cidadão e, com isso, assegurar a existência de uma paz efectiva. O líder religioso disse que a existência de muitos populares armados deve preocupar os dirigentes políticos, religiosos e toda a sociedade, que se deverá envolver no processo de desarmamento da população civil. Onde há proliferação de armas, disse, reina um espírito de impunidade muito grande.

“Calaram-se as armas, mas a paz é um processo que passa pelo repensar do país e busca de melhores condições de vida para o povo”, disse. Para aquele líder religioso, a paz que se vive hoje no país deve levar todos angolanos a reflectir sobre a nossa vida em comum, “já que estamos condenados a viver juntos”. Na verdade, acrescentou, esta terra não nos pertence... é um legado de Deus e dos nossos antepassados que à semelhança dos mordomos devemos usá-la em benefício de todos.

Já não devemos apontar culpados pelo conflito, disse o bispo Gaspar Domingos para quem devemos antes de procurar detectar as coisas que estão mal no país e buscar as melhores soluções para os problemas da comunidade

Sobre as discussões que nos últimos tempos se levantam, tendo no seu epicentro alegações de intolerância política no seio dos angolanos, o reverendo entende serem problemas decorrentes da própria natureza humana, mas que podem ser ultrapassados, desde que abordados abertamente.

A linguagem foi um aspecto apontado como sendo importante na busca da harmonia entre os angolanos. “De nada adianta basear o discurso em problemas do passado, há que se sustentar a política com os argumentos de cada um, sobre o que deve ser feito para o bem do povo”. A Igreja é dos extractos da sociedade que, no entendimento daquele religioso, deverá ser tida largamente em conta em todo esse processo. Para ele, a igreja sempre tem estado a trabalhar no processo da reconciliação na medida em que fala e pratica o amor ao próximo.

Gaspar João Domingos precisou no entanto, que o amor ao próximo não significa concordar com tudo o que este faça mas também apontar os seus erros. Essa é, segundo disse, parte significativa da missão da igreja, contribuir para a criação de um mundo de paz, amor, harmonia e abundância.

5.4 Sector de identificação chega a catete

Jornal de Angola... 20-04-05

O Governador do Bengo, Jorge Inocêncio Dom bolo, inaugurou recentemente, em Catete, o Sector Municipal de Identificação de Icolo e Bengo, que agilizará o processo de tratamento do Bilhete de Identidade.

No Sector, ora inaugurado, foi montado um sistema computadorizado de recolha de dados, que tem comunicação directa entre Catete, Caxito e Luanda.

O Director Nacional de Identificação Civil e Criminal, Joaquim de Carvalho, presente ao acto inaugural, referiu que o bilhete de identidade atribui a cidadania, auxilia o cidadão em questões socio-jurídicas e orienta-o em todos os passos da sua vida, em termos de legalidade.

“Com este documento, o cidadão tem a sua liberdade jurídica e pode efectivamente estar legal e controlado”. Instado a pronunciar-se se, no quadro do processo de nacionalidade, se considera angolano um filho de estrangeiros nascido em Angola, o Director Joaquim de Carvalho respondeu: “o filho de um casal de estrangeiros nascido em Angola é angolano, havendo, entretanto, algumas regras que têm que se cumprir

